

Requerimento de Sessão 403/2025

Protocolo 42216 Envio em 16/10/2025 22:02:50

Requer ao sr. Prefeito Municipal, informações sobre os pagamentos de RPVs (Requisição de Pequeno Valor), pela prefeitura municipal de Paraguaçu Paulista.

Excelentíssimo Senhor
FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações sobre os pagamentos de RPVs (Requisição de Pequeno Valor), pela prefeitura municipal de Paraguaçu Paulista, para as respostas das questões:

- 1.) Quais foram os valores pagos de RPVs nos últimos 5 (cinco) anos? Discriminar o valor pago para cada ano de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Anexar documentos comprobatórios dos pagamentos.
- 2.) A quem se destinaram os pagamentos dos RPVs em cada ano. Discriminar valores e o destinatário de cada pagamento. Anexar documentos.
- 3.) Qual a previsão orçamentária conforme aprovação da Câmara para cada ano? Anexar documentos comprobatórios.
- 4.) Qual o débito atual para pagamentos de RPVs e a quem se destinam esses pagamentos? Anexar documentos com os valores em débito e os nomes dos credores.
- 5.) Diante do quadro atual, conforme necessidade de contenção de despesas, há a necessidade e prazo de pagamentos dos RPVs. Explicar e relacionar os prazos com valores.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento é essencial para a transparência e a fiscalização da gestão financeira e jurídica do município de Paraguaçu Paulista, com foco nos pagamentos de Requisição de Pequeno Valor (RPVs).

É imperativo que o Poder Executivo demonstre o histórico detalhado dos valores pagos a título de RPVs nos últimos cinco anos, discriminando os valores anuais e identificando quem foram os destinatários desses pagamentos, a fim de garantir a lisura e a conformidade legal das despesas.



Além disso, a solicitação da previsão orçamentária aprovada anualmente pela Câmara é crucial para avaliar se o Executivo tem alocado os recursos necessários para cumprir suas obrigações judiciais, de acordo com o princípio da previsibilidade.

Por fim, o questionamento sobre o débito atual e o planejamento de pagamento dos RPVs pendentes — especialmente no contexto da atual contenção de despesas — visa assegurar que o município esteja honrando suas dívidas judiciais dentro dos prazos legais, evitando passivos financeiros e prejuízos aos credores e dificuldades advindas da falta de planejamento financeiro.

Palácio Legislativo Água Grande, 16 de outubro de 2025.

DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO

Vereador

